

JOSÉ GENOÍNO

## A urgência da Amazônia

**H**á quase um ano, neste mesmo espaço, defendemos a necessidade de um projeto nacional para a Amazônia. Hoje a região ocupa espaços nos jornais e na TV por se tornar possível palco de incidência dos conflitos militares da Colômbia, que podem evoluir para um conflito



**Observa-se que há pouca presença institucional do poder pública na região**

regional, envolvendo vários países, inclusive o Brasil. Preocupa também a presença militar norte-americana, cada vez mais intensa, nas circunvizinhanças da região: Colômbia, Equador e Guiana. Como já referimos em outros artigos, as florestas, a biodiversidade e os recursos hídricos conferem à Amazônia o status de região estratégica. Essas reservas se tornaram escassas no mundo e adquirem cada vez mais a dimensão de bens necessários e cobiçáveis.

A necessidade de maior presença militar na Amazônia é fato reconhecido e incontestado. É preciso acrescentar que um projeto para a região não se reduz aos aspectos militar e de defesa, mas implica maior presença do Estado e um projeto de desenvolvimento sustentado que leve em conta as características físicas, ambientais e populacionais da região. Acreditamos que a definição desse projeto passe por um amplo debate, envolvendo governo e oposi-

ção, militares e sociedade civil, governadores da região e parlamentares, representantes das comunidades indígenas e entidades ambientalistas, os Ministérios da Defesa, do Meio Ambiente, da Justiça, do Planejamento, etc.

O PT, preocupado com a situação e a importância da Amazônia, e em razão de sua presença institucional crescente na região, organizou em julho, em Belém do Pará, juntamente com outras entidades e movimentos sociais, a 1.ª Conferência da Amazônia. O objetivo da conferência consistiu em fazer um diagnóstico da região, definir algumas propostas e elaborar uma agenda de intervenção política. A *Carta de Belém*, aprovada no encontro, definiu alguns eixos de ação:

- Fortalecer o paradigma da diversidade e da sustentabilidade ambiental, econômica, social, ética e política como base do modelo de desenvolvimento;

- a democratização das instituições públicas regionais, ampliando o acesso às fontes de crédito e financiamento;

- organizar um amplo movimento social e institucional de oposição às políticas neoliberais e a todas as que produzam efeitos negativos à Amazônia;

- uma reforma agrária apropriada à região, com cri-

térios ecológicos e étnicos;

- a transformação de experiências locais de inclusão social e produção sustentável de sucesso em políticas públicas;

- e o respeito à soberania regional e nacional e à diversidade socioambiental, racial, étnica e de gênero.

A *Carta de Belém* formula uma crítica aos projetos de financiamento do desenvolvimento da região que vêm sendo implementados. A maioria desses projetos é orientada para empreendimentos privados e empresariais, que mais causam danos ao meio ambiente e desperdiçam recursos públicos do que desenvolvem efetivamente a Amazônia. Sugere-se que as agências de financiamento e crédito revejam seu papel, incentivando iniciativas locais e comunitárias, buscando a geração de trabalho, emprego e renda e a conservação dos recursos naturais. Defende-se ainda a inclusão da "variável ambiental" para a concessão de crédito agrícola e para financiamento de projetos agroindustriais e extrativistas.

A Conferência da Amazônia propõe a constituição de uma ampla aliança envolvendo todos os atores, públicos e privados, na definição de um projeto para a região. A *Carta de Belém* declara que "o objetivo dessa aliança é promover a articulação e o fortalecimento regional, nacional e internacional da luta e das iniciativas progressistas da Amazônia na construção de um desenvolvimento voltado para a inclusão social, a cidadania e a sustentabilidade e, dessa forma, propiciar

uma integração soberana, popular e democrática da região com a Nação, e desta com o mundo".

O que se observa é que, com exceção de algumas iniciativas dos governos do Acre, Amapá, Amazonas e Pará, há pouca presença institucional do poder público na região. A dotação orçamentária da União para o Projeto Calha Norte, a proteção e fiscalização ambiental e o reequipamento da Polícia Federal na região é absolutamente insuficiente. É preciso reorientar também a ação das Forças Armadas na Amazônia no sentido de integrá-las às comunidades, de torná-las um fator do desenvolvimento sustentado e preservacionista, buscando uma integração dos objetivos civis e militares de defesa, de proteção e de desenvolvimento da região.

No âmbito federal, o governo precisa regulamentar o dispositivo constitucional que define a faixa de fronteira e a sua proteção. Há três anos, o Congresso Nacional aprovou um projeto que permite o abate de aeronaves hostis e clandestinas no nosso espaço aéreo. Até hoje, no entanto, o governo também não regulamentou essa lei. Ela não é do agrado do Departamento de Estado dos Estados Unidos. Ao que tudo indica, o governo brasileiro se curva às pressões norte-americanas. A permissão para o abate de aeronaves é essencial tanto para a defesa do País quanto para o combate ao narcotráfico.

■ José Genoíno é deputado federal (PT-SP)